

5

Histórias de vida de jovens que vivenciaram a Liberdade Assistida na comarca de Muriaé/MG

5.1.

Contexto da pesquisa

A intenção da pesquisa desenvolvida foi compreender a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida operacionalizada pelo Serviço Social Judicial da Comarca de Muriaé – MG, pela perspectiva de quem a sofreu. Nesse sentido foram estudados em profundidade, como já referido três jovens que vivenciaram a medida (nos anos de 1999 a 2005), através da leitura da documentação existente nos arquivos (relatórios e roteiro de acompanhamento do Serviço Social) e de entrevista semi-estruturada utilizada para apreender suas trajetórias de vida.

Para a exposição ora realizada dividimos este capítulo em dois itens, um que diz respeito ao contexto da pesquisa e o outro que trata especificamente do percurso desses jovens.

No contexto da pesquisa, faremos uma breve referência a Muriaé, Minas Gerais, por tratar-se do espaço físico onde está situada a comarca judiciária, local de nossa pesquisa. A breve história apresentada e o modesto levantamento feito dos recursos sociais na área infanto-juvenil têm, por objetivo, apresentar um panorama geral histórico-cultural do contexto da pesquisa.

Para completar esse quadro, apresentaremos, a seguir, as observações contextuais das expressões dos jovens nas entrevistas em que revelaram suas histórias de vida e as suas características.

Só no item seguinte é que vamos expor com detalhes os achados alcançados em nossa pesquisa.

Sobre Muriaé-MG

O município de Muriaé/Minas Gerais tem suas primeiras referências no início do século XIX. A história da cidade efetivamente estudada por Faria (1995, p.13) “revela que a região que hoje compreende Muriaé foi habitada,

primitivamente, pelos índios puris”. Os puris “foram os primeiros habitantes desta região, mas pouco se sabe sobre eles e de onde vieram” (Ibid, p. 20).

Segundo Faria (1995), o fato marcante para a história do município - colonização e povoamento - está ligado à chegada do tenente Constantino José Pinto com uma expedição de 40 homens, entre os quais, portugueses, brasileiros e “índios mansos”. Constantino foi vice-diretor dos índios e, instalou o seu quartel na Aldeia de São Paulo do Manoel Burgo, hoje designada, Muriaé.

“Constantino José Pinto chegou a nossa região em 1819, nomeado pelo oficial da Diretoria geral dos índios da província de Minas Gerais, Guido Tomaz Marlière. Vinha, Constantino Pinto, com a missão de civilizar e preparar as condições para a catequização dos índios puris que aqui habitavam. Desceu pela confluência dos ribeirões Robinson Crusó e João do Monte, formadores do rio Muriaé e dali dirigiu-se até o local onde se ergue a igreja do Rosário, fundando, ali, o aldeamento dos índios e demarcando as terras destinadas ao plantio para sustento dos silvícolas” (Ibid, p. 08-09).

Constantino José Pinto chegou às matas de Muriaé com a missão de pacificar, proteger, catequizar e consolidar o aldeamento dos índios que estavam sendo explorados e massacrados física e moralmente pelos ambiciosos aventureiros, chamados "poalheiros".

Faria (1995) esclarece que os aventureiros vinham atraídos pelo lucro da “poaia” e pagavam aos índios com aguardente. A autora narra que a aguardente exercia grande atração sobre os índios que, apesar de astutos, se deixavam dominar, facilmente, à vista de tal bebida.

Constantino Pinto e os seus homens, juntamente com os índios, iniciaram o comércio de ervas e raízes medicinais, entre elas a ipecacuanha (também conhecida como poaia). “Sua chegada a Muriaé e a demarcação das terras não foram senão o resultado de um trabalho de base, pois já existiam interessados, trabalhando e dirigindo recursos nesse sentido” (Ibid, p. 20).

“O povoado cresceu rapidamente, a princípio como uma só rua ao longo do rio, dando origem aos bairros “porto”, “barra” e à “armação” em razão do rio que margeavam, depois, disseminando o seu casario em todas as direções. Em 1841 já era Distrito do município de São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco) e subordinado eclesiasticamente à Santa Rita do Glória (atual Miradouro). Em 16 de maio de 1855, pela lei nº. 724, já agora com o nome de São Paulo do

Muriahé, desmembra-se de São João Batista do Presídio” (MARGE, 2005, p. 9).

Conforme descreve Marge (2005:09), “a Vila de São Paulo do Muriahé seria elevada à condição de cidade pela lei de nº. 1257, de 25 de novembro de 1865. Mas foi pela lei de nº. 843, de 7 de setembro de 1923, que teve sua denominação reduzida para Muriahé. Em 1930, a reforma ortográfica suprimiu-lhe o “h””.

De acordo com Vermelho (1983), as leis provinciais que criavam o município estabeleciam em seu texto que essa unidade administrativa só se consideraria instalada após a construção do prédio que abrigasse não somente o governo municipal, mas, também, outras repartições que viessem a funcionar no município representando interesses da Província e do Império. Como não foi possível, em face da falta de recursos locais, a construção desse prédio só se deu a partir de 1859 e se concluiu em fins de 1860, decorrendo, portanto, seis anos entre a data da criação do Município (16/05/1855) e a sua instalação (30/09/1861).

Faria, (1995, p. 74) descreve que a

“Comarca de Muriaé foi criada pela Lei nº. 719, também, na data de 15 de maio de 1855. Este evento contribuiu para que Muriaé se incluísse no número dos municípios da Província cuja Comarca é mais antiga que o município. Os Juízes podiam funcionar independentemente da instalação do município, porque eles podiam dar despachos e conceder audiências nos próprios cartórios. Desde a sua instalação, a Comarca de Muriaé era dotada de dois Juízes: o de órfãos e ausentes e o Juiz Municipal, que julgava pequenas causas e presidia os trabalhos da instrução criminal. Segundo a historiadora Letícia Bicalho Canêdo, seu bisavô, Dr. Antônio Augusto da Silva Canêdo foi o 1º Juiz de Direito, nomeado para a recém criada Comarca de Muriaé”.

Expõe a autora que, nas últimas décadas do séc. XIX, Muriaé já era grande produtor de café, condição que manteve até meados do século XX. A monocultura cafeeira foi a primeira grande responsável pelo desenvolvimento econômico do município. Os coronéis, proprietários das grandes fazendas produtoras, representavam não só a elite econômica da região, como também sua expressão política, com forte influência junto ao Estado e ao país.

“Os coronéis proprietários das grandes fazendas produtoras representavam, não só a elite econômica da região, como

também sua expressão política, com forte influência no cenário político do Estado e do país. Era o “ouro verde” promovendo o desenvolvimento da nossa região e do país. A riqueza, no entanto, concentrava-se nas mãos de poucos, não promovendo benefícios às extensas camadas populacionais a cada ano” (MARGE, 2005, p. 10).

Faria narra que a crise de 1929 afetou profundamente o município, mas a economia voltaria a crescer durante a fase getulista, principalmente após a abertura da estrada Rio - Bahia (BR 116), inaugurada por Getúlio Vargas, em visita à cidade de Muriaé em 1939.

O grande fluxo de veículos trazido pela nova rodovia inseriu Muriaé entre as cidades de maior progresso da região. A monocultura cafeeira cedia espaço a outras atividades econômicas. A produção leiteira intensificou-se, chegando Muriaé a ocupar, durante muitos anos, lugar de destaque no ranking nacional. O autor explica que a mecânica automotiva atingiu grande expressão a partir da década de 60 do século passado, sendo referência nacional no ramo da retífica de motores. A partir da década de 80, uma outra atividade surgia em Muriaé: a indústria de confecções, facilitando as exportações, inclusive para países do Mercosul (Marge, 2005).

Muriaé ocupa lugar de destaque entre as vinte maiores cidades do Estado de Minas Gerais, transformando-se em um pólo de referência econômica, cultural e, especialmente, na área de saúde e educação superior, em toda a Zona da Mata (Faria, 1995).

Muriaé nos anos 2000 alcançou uma população de 92.101 mil habitantes, sendo que 83.923 são residentes na zona urbana e 8.178 na zona rural (IBGE) ¹. O município possui uma área de 842 Km², distribuídos pela sede e seus distritos: Belisário, Itamuri, Macuco, Bom Jesus da Cachoeira, Boa Família, Pirapanema e Vermelho.

O município compreende uma população de jovens, sendo 18.284 entre 10 e 19 anos e 15.202 entre 20 e 29 anos. A rede escolar municipal engloba cerca de 80% das vagas nos níveis fundamental e médio. A totalidade de suas matrículas refere-se à área urbana. A procedência dos alunos do ensino fundamental e médio, em geral, é do próprio município, tendo aproximadamente um total de 4.933

¹ Dados obtidos em 01/11/2006, por escrito, pela agência/Muriaé do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), de 2001.

matriculados do ensino médio em 2004 e no ensino fundamental 16.047 (IBGE). O município com seus distritos possui duas faculdades particulares, vinte e oito escolas estaduais e quarenta e cinco escolas municipais.

O município de Muriaé, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social², realiza políticas sociais que oferecem subsídios às famílias que vivem sob o estigma da pobreza, desenvolvendo projetos na área da Infância e da Juventude, como: projeto Gente Jovem, que proporciona aos adolescentes, na faixa etária de 14 anos a 17 anos e 11 meses, oportunidades de aprendizagem em ações educativas e pedagógicas, através de várias oficinas (confeção de fraldas descartáveis, impressão gráfica, padaria, corte e costura), beneficiando 250 jovens com uma remuneração de ¼ do salário mínimo.

A Casa Lar é outro serviço existente em caráter de abrigo para crianças e adolescentes que vivem em situação de risco social ou que, por motivo qualquer, estejam impossibilitados da convivência familiar. O projeto AABB (Associação Atlética Banco do Brasil) Comunidade é uma parceria entre a prefeitura e o Banco do Brasil que oferece atividades socioeducativas para crianças e adolescentes com idade entre 7 e 14 anos. Esta população tem ainda o apoio de cinco Centros Municipais de Atendimento ao Menor, com capacidade para atender 560 crianças e adolescentes. Existem dezesseis Centros Municipais de Educação Infantil, com capacidade para atender 1.250 crianças com idade entre 0 e 06 anos.

Foi implantado, no ano de 2006, o projeto Sentinela, para atender crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e prostituição infantil. E em março de 2007 inauguraram-se dois Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, para atender situações de risco ou violação de direitos (com relação às pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência, população de rua, criança e adolescente, entre outras).

Para recuperação de dependentes químicos, existem três centros destinados a adolescentes e adultos; apenas um destes tem parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social para atender os jovens que não possuem condições de arcar com as mensalidades.

Referente às medidas sócio-educativas, o poder público municipal até o momento não apresentou nenhuma proposta de efetivação das mesmas. Em

² Estas informações foram fornecidas através de comunicação oral por Assistentes Sociais da Secretaria de Desenvolvimento Social da prefeitura de Muriaé, no primeiro semestre de 2007.

Muriaé/MG a Liberdade Assistida é executada pelo Setor de Serviço Social Judicial do Fórum desde o ano de 1994, sendo, atualmente (2007), três Assistentes Sociais, que acompanham o adolescente autor de ato infracional. A frequência do acompanhamento é determinada pela autoridade judiciária, podendo ser quinzenalmente, semanalmente ou mensalmente. As perguntas direcionadas aos adolescentes são sistemáticas, versando sobre vida escolar, trabalho, relacionamento familiar, comportamento geral, envolvimento em novas infrações e, ao final, os profissionais direcionam outras observações para os encontros posteriores.

Em todos os encontros, é redigido um relatório parcial do acompanhamento com as informações prestadas pelo adolescente, referentes a um questionário estruturado já pré-estabelecido. Este relatório é impresso e assinado pelo adolescente e pela Assistente Social que o acompanha. No final dos seis meses ou do tempo determinado pela autoridade judiciária, a profissional emite para o juiz da Vara Criminal e da Infância e Juventude um relatório final com os relatórios parciais em anexo.

Sobre as entrevistas realizadas

Depois de uma breve contextualização da cidade de Muriaé/MG, especificamente da operacionalização da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, fizemos atenta leitura do relato das três entrevistas realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2006 e, tentamos apreender algumas expressões de cada jovem consideradas significativas para ampliar a compreensão de suas trajetórias de vida.

Procuramos observar os traços, os trejeitos, a forma de se expressar, o comportamento de uma maneira geral de cada jovem, principalmente por considerar que estes aspectos têm significações próprias e dão o contexto ambiental da pesquisa.

Os três jovens são: João, de 21 anos de idade, Joaquim, 22 anos e José, 19 anos (nomes fictícios). Os dois primeiros cumpriram a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida em 2002 e o último em 2003, todos por um período de seis meses.

João compareceu ao Setor Técnico de Serviço Social do Fórum, trajado com calça jeans, boné e blusa preta. Apresentou-se com uma solicitação de comparecimento entregue pelo Comissário de Menor do Fórum.

O jovem considerou que estava se apresentando para cumprir a Liberdade Assistida e estava bastante apreensivo. Embora o Comissário soubesse da finalidade da apresentação do jovem, não havia lhe explicado o motivo.

Quando explicamos o porquê da solicitação de comparecimento, mostrou por sua expressão alívio e sorrindo ficou mais solícito.

Notamos timidez em sua fala, afinal, estava conversando com uma pessoa estranha, pois nunca tínhamos tido contato um com o outro. Aquela estava sendo a primeira vez. Mesmo acanhado, consentiu que fosse gravada a entrevista.

O jovem estava suado, sua camisa, molhada. Vale notar que para além do nervosismo, o dia estava realmente quente e o espaço não dispunha de refrigeração. Em todo o tempo da entrevista ficou inquieto, mexendo ora no boné, ora na cadeira em que estava sentado, com o pé, fazendo barulho. Além disso, falava baixo e usava expressões próprias aos jovens, muitas gírias. Em alguns momentos, tivemos de parar a entrevista para deixá-lo à vontade e explicar que o barulho estava interferindo na gravação.

Ele apresentou dificuldade em articular suas idéias (referentes a datas, período dos acontecimentos), sabíamos que tinha baixa escolaridade, havia feito uso de drogas (tinner, maconha, cocaína), desde a mais leve à mais comprometedora para a sua saúde. Além disso, ele não lembrava as orientações dadas pela Assistente Social Judicial no cumprimento da Liberdade Assistida, tais como os assuntos abordados, os encaminhamentos que foram realizados, tempo de cumprimento, etc.

Tentamos fazer com que João ficasse mais tranqüilo, falando um pouco do funcionamento da Liberdade Assistida, dos encontros com a Assistente Social, que geralmente faz perguntas referentes a escola, família, comportamento, entre outras e, certamente ouvia seus comentários. Ele insistiu em dizer que não se recordava, pois já tinha cinco anos aproximadamente que havia cumprido a medida.

As observações que fizemos ao jovem mereceram respostas curtas, embora tentássemos deixá-lo à vontade. Afinal, queríamos que o diálogo acontecesse.

Quanto ao jovem Joaquim, ele compareceu ao Setor Técnico de Serviço Social trajado de calça jeans, boné e blusa preta. Percebemos que estava tranquilo aparentando satisfação; lembrou facilmente momentos que esteve junto à Assistente Social que o acompanhou e com quem mostrou ter desenvolvido uma relação de empatia.

Já tínhamos tido a oportunidade de nos encontrarmos com o jovem algumas vezes nos corredores do Setor Técnico, o que facilitou a nossa entrevista.

Quando falamos que o relato dele seria importante para a pesquisa e que contribuiria para aprimorar a Liberdade Assistida, o jovem se mostrou solícito a participar e a retratar sua história de vida, inclusive autorizando imediatamente a gravação da entrevista.

Iniciamos o diálogo perguntando sobre sua família, especialmente quando mencionou a ausência do pai na sua vida, o jovem encheu os olhos d' água. Expressou seu passado com tristeza.

Em alguns momentos da conversa, o jovem desviava o olhar e abaixava a cabeça; percebemos que isso acontecia quando se referia a comportamentos que tivera e dos quais disse ter arrependimento, tais como roubar, prejudicar a família, etc.

Manifestou consternação quando se lembrou de sua apreensão e permanência na Cadeia Pública de Muriaé por 45 dias, em que apanhou e sofreu humilhação pela autoridade policial. Mostrou ressentimento ao falar do medo que sentia ao ver os amigos morrendo.

Foi importante a fala do jovem, quando nos referimos a Liberdade Assistida: ele frisou a necessidade do acompanhamento contínuo pela Assistente Social Judicial, pois, apesar das dificuldades que presenciava para o cumprimento da medida conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, ele conseguiu compreender os pontos positivos da mesma e, até mesmo, sugerir alternativas para evitar a reincidência.

O jovem relata que o tempo de obediência da medida deveria ser determinado pelo juiz de acordo com a necessidade de cada adolescente e, se necessário, haver prorrogação do prazo, haja vista que, segundo ele, os adolescentes estão sempre em iminência de incorrer nos mesmos erros pela influência do meio social em que vivem.

O outro jovem, José, estava trajado com calça jeans, blusa preta e boné. Ele compareceu um pouco tenso, estava suando, parecia ansioso e, chegou por vezes a gaguejar. Mas, como já nos conhecíamos desde a época que atuávamos como Assistente Social na Secretaria de Desenvolvimento Social da prefeitura de Muriaé, a interação foi fácil.

O jovem contou que, quando estava sendo acompanhado pela Assistente Social do Fórum, esta solicitou, através de ofício, que a Secretaria fornecesse passagem para ele e a mãe dele, uma vez que moravam num distrito de difícil acesso. Assim o jovem comparecia quinzenalmente à Secretaria para pegar as passagens e para o atendimento psicológico que foi realizado na Liberdade Assistida.

Consideramos que a sua entrevista, além de desvelar sua história de vida, contribuiu para deixar claro a influência da família nas atitudes e ações do jovem, haja vista que José passou a usar droga e a roubar por pressão do pai.

Quanto a sua experiência no cumprimento da Liberdade Assistida, retratou com clareza os pontos que percebe como positivos e negativos.

Chamou-nos a atenção o fato de a genitora acompanhar o jovem para a entrevista. Quando acabamos o diálogo com José, sua mãe pediu para que tirássemos uma foto com eles para guardar de lembrança.

Essas observações complementam, entre outros aspectos, a descrição do contexto da pesquisa, por mostrarem traços específicos de cada jovem durante a entrevista.

Agora vejamos os desenhos das características dos jovens para apresentá-los não somente nas suas diferentes composições familiares, mas também relacionando suas experiências em relação ao ato infracional praticado e sua participação na medida sócio-educativa de Liberdade Assistida.

Sobre os jovens

João: Está com 21 anos de idade; foi apontado como autor de furto aos 11 anos. Aos 16 anos passou a cumprir a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, no período determinado pela autoridade judiciária, de seis meses, em decorrência de tráfico de drogas. Iniciou a realização da medida em maio de 2002,

comparecendo nas datas marcadas, atingindo o número total de orientações agendadas pela Assistente Social Judicial.

João tem dez irmãos, sendo quatro deles por parte de pai. A mãe é do lar e o pai, motorista de caminhão. Não soube informar a escolaridade dos pais. Quando estava com quatro anos de idade, a mãe “abandonou o lar”. O pai passou a viver com uma companheira que agredia fisicamente e verbalmente o jovem e os irmãos. O pai, mesmo ciente da situação, ficava inerte. A madrasta exigia que o jovem fosse para a rua pedir; caso voltasse sem dinheiro, sofria punições. Com isso, passou a viver nas ruas, conheceu as drogas (tinner, cola de sapateiro, maconha e bebida alcoólica) e começou a praticar atos infracionais.

No roteiro de acompanhamento da Assistente Social consta que, durante todo o espaço de tempo de orientação social, seis meses, o jovem apresentava-se sempre sozinho. A família nunca se fez presente. Revela também que, durante todo o período de orientação, João mostrou-se solícito à medida, apresentando-se nas datas e horas marcadas.

João estudou até a 2^o série do ensino fundamental. Durante o acompanhamento, a Assistente Social orientou que retornasse à escola, mas ele se recusou, alegando seu desgosto pelos estudos e a sua insatisfação em relação às professoras que, segundo ele, o desprezavam. Outra justificativa que declarou à profissional foi o medo de sair de casa, pois sentia-se perseguido por policiais e por gangues rivais.

Quanto ao trabalho, durante o tempo em que foi acompanhado, o jovem exercia atividades dentro do lar, buscando lenha no mato para serem feitas as refeições diárias; nunca exerceu atividades remuneradas. Pelo que consta nos registros, João não foi encaminhado para projetos sociais ou programas de geração de renda.

O jovem declarou não ter religião e que em nenhum momento de sua vida sentiu necessidade de procurar uma ajuda espiritual. A Assistente Social tentou encaminhá-lo para uma igreja evangélica, mas não obteve êxito.

Consta no registro desenvolvido durante as orientações que o jovem não se envolveu em outras infrações. Quanto ao uso de drogas, o mesmo havia informado à Assistente Social que nos últimos anos não estava ingerindo substância química.

João reencontrou a genitora há três anos aproximadamente. Atualmente coabita com uma companheira que tem a sua idade. A casa onde mora foi cedida pela mãe, que herdou esta casa quando os pais faleceram. Para prover o sustento, realiza “biscate” (trabalho informal). Tem contato com o pai que vive com outra companheira, e não mais com a que o insultava. Tem contato com a mãe e os irmãos que moram próximos a sua casa. Seu objetivo atual é conseguir um emprego.

O jovem relata que após o cumprimento da Liberdade Assistida, praticou um roubo; estava com 17 anos de idade. Por conta deste ato, foi determinado pela autoridade judicial o cumprimento da medida sócio-educativa de Prestação de Serviço à Comunidade, por um período de quatro meses, na escola do seu bairro. Revela que, após completar a maior idade penal (18 anos), não praticou nenhum crime.

Joaquim: Encontra-se com 22 anos de idade. Praticou o primeiro ato infracional (briga com o vizinho) aos 11 anos. Aos 17 anos passou a cumprir a Liberdade Assistida, num período determinado pelo juiz de seis meses, por prática de roubo. Iniciou o cumprimento da medida em dezembro de 2002, comparecendo nas datas marcadas, atingindo o número total de orientações agendadas pela Assistente Social Judicial.

Joaquim tem cinco irmãos, sendo dois por parte de mãe, de relacionamento posterior ao pai do jovem. A mãe estudou até a 4ª série do ensino fundamental e em relação ao pai não soube informar. Estava com dois anos de idade quando os pais se separaram. Permaneceu na companhia da mãe, que trabalhava como doméstica para sustentá-lo e aos irmãos. Dede a separação dos pais, o jovem só teve contato uma única vez com o genitor, na adolescência, quando estava acautelado na Cadeia Pública.

O jovem e a família passaram muitas dificuldades sócio-econômicas. Para atender as necessidades do lar, a mãe tinha que se ausentar para trabalhar e precisou colocar Joaquim numa instituição - FEBEM aos sete anos de idade. Joaquim envolveu-se com droga aos 11 anos (cola de sapateiro, maconha, cocaína e craque), passou a praticar atos infracionais, como brigas e roubos. O jovem tem vários processos na Vara Criminal e da Infância e Juventude, sendo-lhe aplicado pela autoridade judicial medidas específicas de proteção (art. 101 do ECA) e

sócio-educativas, como o encaminhamento à instituição de desintoxicação (anti-drogas), Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida. Além disso, permaneceu acautelado durante quarenta e cinco dias na Cadeia Pública de Muriaé.

Está registrado no relatório da Assistente Social que, durante todo o espaço de tempo de orientação social, seis meses, o jovem também apresentou-se sempre sozinho. A família nunca se fez presente.

Joaquim estudou até a 8^o série do ensino fundamental. Durante as orientações, a Assistente Social solicitou ao jovem uma declaração da escola que confirmasse sua matrícula, já que informou à mesma que estava estudando. Como Joaquim não lhe trouxe a declaração, entrou em contato com a escola e soube pela diretoria da instituição que o mesmo não havia estudado no ano de 2002. No decorrer das orientações, o jovem se matriculou na 6^o série, turno matutino, levando mensalmente à Assistente Social um comprovante de frequência. Em maio de 2003, o jovem parou de frequentar a escola, tendo como alegação o cansaço, pois, além das dificuldades na aprendizagem, estava cumprindo o Serviço Militar obrigatório.

Está especificado no relatório que o jovem sustentou por alguns encontros que estava empregado numa funerária. Em contato com o proprietário da funerária, a profissional descobriu que a informação de Joaquim era infundada. Ao interrogá-lo, o jovem informou que trabalhava numa floricultura da filha do dono desta funerária, fazendo entrega esporádica de flores.

O jovem declarou ser evangélico, da igreja Batista. Conheceu a igreja através de uma instituição de desintoxicação da qual participou por um período de seis meses. Os dirigentes da clínica são membros dessa igreja. A religião teve, portanto, para ele, uma dimensão simbólica de ajuda.

Durante as orientações, a profissional não soube de novos envolvimento do jovem em outras infrações. Quanto ao uso de drogas, embora o jovem tenha frequentado o projeto de desintoxicação antes de realizar o cumprimento da medida, teve algumas recaídas, sendo novamente reencaminhado para participar de atendimento médico, psicológico e psiquiátrico, em regime ambulatorial.

Atualmente ele reside com a mãe e com mais dois irmãos. Estão sobrevivendo com um salário mínimo, salário de um dos irmãos que trabalha

numa oficina mecânica. A mãe está desempregada e o jovem faz “*biscates*” como segurança.

Ele ressaltou que, após o cumprimento da Liberdade Assistida, não teve mais envolvimento em ato infracional. E nem mesmo após completar a maior idade penal (18 anos).

José: Está com 19 anos de idade. Executou seu primeiro ato infracional (furto) aos 13 anos. Aos 16 anos passou a cumprir a Liberdade Assistida, num período determinado pelo Juiz de seis meses, por prática de homicídio. Iniciou o cumprimento da medida em outubro de 2003, comparecendo nas datas marcadas, agendadas pela Assistente Social Judicial.

O jovem tem duas irmãs e reside na zona rural de Muriaé. Os pais viviam na mesma casa, embora não tivessem uma vida conjugal. O pai é alcoólatra e encontra-se preso por praticar crime de roubo. Quem sempre sustentou o lar foi a genitora que trabalha como auxiliar de serviços urbanos. O pai trabalhava como lavrador, mas todo o seu dinheiro era gasto no consumo de bebida alcoólica. A mãe estudou até a 4ª série do ensino fundamental e o pai é analfabeto.

José descreve a mãe e as irmãs com muito carinho, ressalta a atenção e o apoio que elas sempre lhe prestaram; quanto ao pai, lamenta o desprezo e a ausência de apoio. O pai já esteve preso duas vezes por crime de roubo. E por incentivo do mesmo, o jovem também passou a praticar roubos, a usar bebida alcoólica, depois outras drogas, como tinner, maconha e cocaína.

Consta no registro que durante os seis meses de orientação social, o jovem apresentava-se sempre acompanhado pela genitora. A profissional chegou a solicitar o comparecimento do pai para orientação, mas ele se recusou. Concomitante ao cumprimento da Liberdade Assistida, o jovem teve acompanhamento psicológico, o que foi, também, uma determinação judicial. As orientações eram marcadas de quinze em quinze dias, mas com possibilidade de serem canceladas e remarçadas, tendo em vista que o mesmo residia em zona rural e no período de chuva ficava sem transporte.

José estudou até a 7º série do ensino fundamental. Durante as orientações, a Assistente Social soube pelo jovem que não estava estudando. A profissional sugeriu que retornasse aos estudos, e encaminhou um ofício a uma escola solicitando a sua inserção. O jovem foi matriculado na 7º série, turno noturno.

Durante as orientações ele freqüentou assiduamente as aulas. De acordo com o relatório da diretoria da escola (2004), José,

“apresenta em sala de aula bom relacionamento com professores e alunos, entretanto seu aproveitamento escolar é baixo, com pouca participação e freqüência irregular, que precisam ser melhoradas para que alcance os objetivos da série que está estudando. Em visita a família, observamos alguns problemas que podem estar contribuindo com a baixa auto-estima do aluno. Buscaremos trabalhar para ajudá-lo a avançar no processo pedagógico” (Relatório, 2004).

Está no registro social que, quanto ao trabalho, José exerceu atividades com o pai na lavoura, mas parou para voltar a estudar e também porque o relacionamento entre eles não era bom.

O jovem declarou ser evangélico, participante da igreja Metodista. Batizou-se na referida igreja aos 11 anos de idade. Parou de freqüentá-la quando começou a se envolver com drogas. Assim que passou a cumprir a Liberdade Assistida, retornou para a igreja. A mãe e as irmãs são evangélicas.

A Assistente Social havia observado que, apesar de todos os esforços, o jovem sofria com o comportamento do pai, o que influenciava diretamente nas suas atitudes e controle emocional. Esteve envolvido em discussão com morador do distrito, informando na ocasião que havia acabado de se desentender com o pai, o que o levou a fazer uso de bebida alcoólica, alterando o seu estado emocional e comportamental. O jovem, durante o período em que estava tendo acompanhamento, fez uso de bebida alcoólica e maconha.

O cumprimento da Liberdade Assistida foi determinado pela autoridade judicial após o jovem ter perpetrado contra a vida do tio, quando tinha 15 anos de idade. O homicídio foi praticado em decorrência de uma dívida de R\$ 80,00 reais.

Após o cumprimento da Liberdade Assistida, o jovem foi apreendido com uma “buchinha” de maconha no bolso. Ao completar a maior idade penal (18 anos), foi preso por um período de cinco meses e dois dias, por uso ilegal de arma.

“Tava na rua, ia trazer minha mulher cá na rua, por que ela tava passando mal, ela já tava com alguns problemas lá antes já. Aí ela falou que tava grávida, aí falou que ía tirar meu filho, que não queria ter filho comigo mais não. Aí eu peguei fiquei com raiva dela e fui pra rua. Já tava nervoso já, aí cheguei na rua lá, e antes já tinha dormido aqui, e gastei 150 reais de cocaína, cheguei lá já de cabeça quente , aí eu cheguei lá ela falou que já

não estava mais grávida, tinha perdido o neném. Nem grávida ela tava, aí de cabeça quente já de cocaína na cabeça comprei duas armas e comecei a dar tiro pra rua afora. Aí foi de tarde fui pra cachoeira, quando chegou de tarde os policiais chegou, já tinha prendido meu pai porque pegaram ele com uma garrucha, tinha um 32 que fui e joguei no quintal, mesmo assim a mulher foi e entregou pros policiais” (Entrevista, 2006).

Atualmente o jovem reside com a mãe, a irmã caçula de 13 anos de idade e a namorada de 16 anos, a qual o jovem chama de “mulher”. A namorada está grávida, e o jovem espera com entusiasmo o nascimento do (a) filho (a).

Segundo José, quando soube da gravidez da namorada, sua vida começou a ter um novo sentido e novos valores. Para oferecer bons exemplos para o filho (a), começou a mudar seu comportamento, deixou de usar droga há três meses, voltou a frequentar a igreja e está trabalhando na lavoura.

Essas características de João, Joaquim e José possibilitaram conhecer um pouco mais cada jovem em sua singularidade. Nas entrevistas junto aos jovens, o falar e o expressar de suas histórias de vida ganharam maior consistência.

5.2.

Histórias de vida

Com base na leitura criteriosa dos textos, do arquivo do Serviço Social da Comarca de Muriaé e dos relatos das entrevistas realizadas com os três jovens, selecionamos para este estudo os temas que revelaram traços significativos em suas trajetórias de vida. Assim, destacamos os temas da infância, adolescência, ato infracional e Liberdade Assistida.

Inicialmente a análise enfoca os fenômenos multifacetados da infância, uma fase da vida em que estão envoltas questões relevantes, como família, miséria, abandono, religião etc. Em seguida, voltamos a atenção à adolescência e seus múltiplos aspectos: droga, medo e violência o que permite compreender melhor os porquês do ato infracional e suas motivações. Depois, resgatamos as percepções dos jovens sobre a operacionalização da Liberdade Assistida. Por último, revelamos os caminhos que percorrem a vida dos sujeitos após o cumprimento da Liberdade Assistida.

Os temas aqui apresentados não eliminam a possibilidade de outras interpretações e conexões possíveis de serem realizadas entre si nas histórias de vida dos jovens, mas pareceram importantes para traçar não só as peculiaridades de cada trajetória, como também perceber os aspectos comuns de suas vidas.

Preferimos, na exposição do texto, assinalar as indagações feitas por nós ao jovem e sua resposta às mesmas e, a seguir, fazer os comentários que consideramos pertinentes.

Infância, lembranças que não se apagam!

O tema infância, considerado de suma importância para entendermos a dinâmica familiar dos jovens, será colocado respeitando a expressão de cada um deles e, logo em seguida, serão feitas considerações sobre a trajetória comum dos mesmos.

Cada etapa da vida tem seu significado. E cada sujeito interpreta, socializa e a expressa de forma diversificada.

Os elementos que serão expostos retratam as adversidades que perpassaram na vida desses jovens.

Quando perguntamos sobre a infância de cada um, especificamente da faixa etária de 0 a 12 anos, os jovens recordaram de momentos muito marcantes, não porque foram bons, mas por trazerem lembranças negativas.

João: Ah... Foi ruim! Porque eu dormia na rua. Dormindo com madrasta! ela metia o cacete sem dó, você nem dorme, tinha que levar dinheiro pra ela, se não ela metia porrada sem dó! Vazava pra rua! Eu tinha que dormir na rua que é melhor. Tinha nada lá, nada em casa de comer, nada. Eu tinha que ir pra rua arrumar. Minha mãe! eu não sabia onde que ela morava não, ela tinha sumido...

Quando o jovem relata que a infância foi “ruim”, ele resume em uma só palavra o que significou esta fase da vida. E esse “ruim” se justifica pelas várias situações que vivenciou e que o fazia ir para a rua em busca de sua sobrevivência. Com uma infância marcada por violências devido à ausência da mãe, a negligência do pai nos seus cuidados e uma relação de maus-tratos por parte da madrasta, houve apenas infortúnio na vida desse jovem.

A violência intrafamiliar acontece nas mais diversas dinâmicas da organização da sociedade, haja vista que não existe um modelo único de família, e sim, famílias, com características próprias de se constituírem (Costa e Souza, 2004).

A maior expectativa em relação à família, seja em qual arranjo ela se configure, é que ela produza cuidados, proteção, afeto; mas nem sempre isso acontece.

Segundo Jesus (2005), alguns estudos comprovam que a privação do amor materno, na primeira infância, produz reações tanto na saúde mental como na personalidade da criança. “O desenvolvimento quase sempre é retardado, seja físico, intelectual ou social, variando conforme a idade da criança, o tempo em que ficou privada e o grau em que lhe faltaram” (Ibid: 157).

Quando a família não consegue atender as necessidades dos filhos e há o rompimento dos laços afetivos, o espaço público aparece como uma alternativa para fugir dos conflitos e das dificuldades existentes na esfera familiar.

Observamos que a dificuldade da família em oferecer relacionamentos sólidos potencializou a saída de João de casa. Contudo, a relação familiar pode não ser o único fator que motivou isso. Outros determinantes, como as necessidades econômicas e a atração exercida pela rua, surgiram como fundamentais neste processo.

Na rua, há a possibilidade de se identificar com outros grupos de forma a satisfazer suas necessidades prementes.

Segundo Rizzini (2003), a rua, em primeiro lugar, exerce, sobre a criança e o jovem, um elemento de atração somado de curiosidade e de aventura. Em segundo lugar, indica a “existência do lar violento”, como também, da “casa vazia”, que significa a ausência de atenção e rituais de vida familiar, levando a um empobrecimento da mesma.

Rizzini, à luz do pensamento de Vogel e Mello (1991), ressalta que a casa, violenta ou vazia, muita das vezes, representa para as crianças uma servidão. A casa deixa de ser um espaço de abrigo, cuidado, orientação, para tornar-se “espaço de conflito, risco, solidão e servidão; onde, ao invés de lhe ser dada, a infância lhe é tolhida” (Rizzini, 2003, p. 26).

A infância tolhida é refletida ao longo da vida. O crescimento de cada criança, sem uma confiabilidade ambiental mínima, não pode se desenvolver, ou se desenvolve com distorções (Winnicott, 1993).

Sobre a infância de Joaquim, ele respondeu:

Joaquim: A minha vida na infância foi muito triste, né cara! Por que rapidinho, quando eu nasci passava dificuldade. Meu pai largou minha mãe cedo, não conheci meu pai, conheci depois de grande né... mesmo assim foi uma vez que eu vi ele, entendeu? Foi uma vida muito difícil, uma vida de luta, acho que é por isso que nós não tínhamos muito apoio da família. Fui pra FEBEM, fiquei na FEBEM até meus quinze anos, entendeu? pra ajudar minha mãe, pra mãe trabalhar, porque ela não tinha tempo de ficar com nós, pra dar o que comer a gente, aí eu fui envolvendo né... sem pai sem mãe. A mãe mais longe, má companhia, acabei envolvendo né... tudo eu passei na minha vida, na minha infância. Já dormi de baixo da ponte um monte de vezes, calçada, na rua, um monte de vez...

Joaquim tem uma história marcada por rompimento dos laços familiares, especificamente com a figura paterna, que tão cedo abandonou o lar, deixando o jovem e os irmãos com a mãe que mal conseguia suprir as necessidades básicas dos filhos.

Não é apenas a família a única responsável pela trajetória de um indivíduo; outros fatores estão condicionados ao desenvolvimento, tal como, a precária condição sócio-econômica. Essa situação coloca em evidência o problema da permeabilidade dos limites das famílias.

Contudo, “as mudanças que vêm ocorrendo globalmente revelam os desafios da vida familiar, em especial no que diz respeito à criação dos filhos” (Rizzini, 2003, p. 157).

O tradicional modelo de família (pai provedor, mãe dona de casa e filhos) sofre abalos na atualidade. Uma das mais nítidas mudanças, nos últimos tempos, é a inserção da mulher no mercado de trabalho, o que tem incitado transformações na forma de organização das famílias, dentre as quais se destacam os novos relacionamentos conjugais, assim como a redução do tempo que a mãe pode disponibilizar para seus filhos (Rizzini, 2003).

Neste caso, muita das vezes a criança é colocada em instituições, e é esta que passa a assumir, em parte, a educação da mesma.

Para que pudesse trabalhar, a genitora colocou Joaquim numa instituição, onde permaneceu até os seus quinze anos de idade. Na FEBEM, o jovem passou pela experiência da institucionalização, que, como sabemos, oculta histórias por vezes de repressão e sofrimento.

Segundo Rizzini e Pitotti (1995), quando a família se mostrava inapta a atender as demandas advindas de crianças e jovens carentes ou de conduta anti-social, que haviam praticado infração penal, ou porque eram portadores de doença mental, estavam sujeitos a legislação, que vigorou de 1927 a 1990 (Código de Menores). Essas crianças e jovens eram passados da tutela familiar para o Estado, que as sentenciava como ‘irregulares’ e encaminhadas às instituições de recolhimento, triagem, ressocialização ou guarda.

Sob influência da ideologia de Segurança Nacional, foi criada em 1964 uma instância federal FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, incumbida de formular políticas para o menor e, no nível Estadual, as FEBEMs – Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (Ibid).

As FEBEMs aplicavam-se a criança e adolescente em situação irregular: pobres, abandonados, órfãos e infratores. A história revela, através do relato desses sujeitos, o tratamento violento e repressivo que recebiam na instituição. A promiscuidade, a violência, o tratamento desumano, a atuação repressiva dos monitores, os muros impediam o conhecimento da população do que acontecia ‘intramuros’ (Volpi, 2001).

As FEBEMs continuam existindo, ainda hoje, com a mesma política do regime militar (Volpi, 2001). “Com um discurso assistencial, essas instituições tentaram esconder a ausência de qualquer proposta pedagógica, o despreparo dos técnicos, as arbitrariedades dos monitores e a violência” (Ibid, p. 28).

É de se notar que na história da assistência a infância e juventude brasileiras se reproduza a ausência de instituições eficientes para atender as demandas advindas de famílias pobres.

Mesmo após vigorar o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), notamos a permanência de instituições nos moldes da FEBEM. Neste contexto institucional há menos oportunidade para que uma criança exercite as suas potencialidades. “As crianças que viveram em instituição nos seus primeiros anos de vida desenvolvem-se de forma muito insatisfatória, porque sofrem da privação

de uma família, em especial dos cuidados de uma mãe (que deve ser única)” (Jesus, 2005, p. 157).

Além do espaço institucional, Joaquim já experimentou o espaço da rua.

O espaço urbano representa para crianças e adolescentes uma fuga e ao mesmo tempo uma busca de “sobrevivência, proteção, diversão e liberdade”. Estes sujeitos também vivem a experiência da pobreza, exclusão e estigma, e a ausência de carinho, do apoio, de segurança, possivelmente os afasta de casa e da comunidade (Rizzini, 2003).

Quando perguntamos ao jovem se ele reencontrou seu pai, ele disse:

Joaquim: Tava com dezesseis anos. Foi quando eu estava preso pela primeira vez né... fiquei preso a primeira vez, aí ele veio aqui pra saber o que eu tava passando na vida, mas ele veio aqui, porque a mãe, minha vó, a vó antes de morrer falava com ele assim: “vem vê seus filhos, seus filhos estão sofrendo muito”. Aí ele veio... chegou me viu na cadeia, não me deu apoio, só olhou da grade lá, virou as costas e foi embora, depois disso nunca mais o vi. (...) Sinto muita raiva, muita raiva mesmo, entendeu! Tenho muita raiva dele mesmo, muita angústia, muita raiva no coração sobre ele, minha mãe passando fome com três filhos. Foi embora, casou com outra e fez mais irmãos, e meus irmãos hoje mostra foto tudo bem, tudo irmão bem! tem o que comer, não passou o que nós passamos.

Joaquim mostra muita mágoa ao se referir à figura paterna, a quem só reencontrou na adolescência. O encontro dos dois foi possibilitado por insistência da avó paterna que solicitava a presença do filho na vida dos netos.

O reencontro na Cadeia Pública e o descaso do pai, na sua percepção, nem sequer estendeu-lhe os braços, ou seja, ofereceu-lhe apoio e atenção, registrou mais uma vez no seu interior o abandono que vivenciava, e fez aumentar, segundo ele, a raiva e a angústia.

As relações familiares não podem ser analisadas de forma unidimensional, mas existe uma história singular que fica registrada em cada jovem com sua família, ou seja, recordações boas e mágoas vêm à tona quando se abordam essas relações (Rizzini, 2003).

É de se notar que a participação ativa da figura paterna é essencial na qualidade de vida das crianças e dos adolescentes. Como mencionamos anteriormente, a família é essencial para o desenvolvimento da maturidade

emocional de um indivíduo, é ela quem pode proporcionar um caminho de transição entre o cuidado dos pais e a vida social adulta (Winnicott, 1993).

A ausência de um dos genitores, principalmente do sexo masculino, conduz, em diversas situações, a uma desordem de regras e valores na relação pai-filho, como também gera uma carência de autoridade, “o que na educação de crianças e adolescentes acaba por deixá-los à própria sorte e sem limites, por exemplo, de expressão dos impulsos” (Teixeira, 1994, p. 21-22).

A criança pode interpretar a ausência de um dos entes familiares como abandono, desamor, acarretando, assim, a longo prazo, sentimentos de angústia e revolta.

Para o terceiro jovem entrevistado, a infância fixou lembranças boas e más.

José: O que marcou mais foi quando eu tava na igreja, me batizei. Até os 12 anos eu ainda seguia a igreja adventista que eu ia, depois foi quando, depois dos 12 anos eu fui conhecendo as drogas, as más companhias...

A igreja tinha um grande significado para o jovem, e, seu afastamento aos 12 anos de idade, levou-o a conhecer “as drogas e as más companhias”.

A religião é adotada para designar crenças e valores que compõem a fé de determinada pessoa. Cada religião inspira certas normas e motiva certas práticas.

Segundo Carvalho (2000:98), “a igreja católica, protestante, espírita, ou seitas afro-brasileiras compõem o projeto de reprodução social das famílias empobrecidas. A igreja é sempre uma porta que acalenta a esperança”.

A igreja para muitos é utilizada como apoio, como forma de sanar problemas advindos das adversidades da vida. E, no caso do jovem, percebemos que a igreja se fez importante como condição de auxílio.

A igreja representa, por meio de seus projetos pastorais, um suporte espiritual, e particularmente um apoio emocional, afetivo e material (Carvalho, 2000). Ela “se faz presente no cotidiano das famílias e comunidades. É a instituição com maior credibilidade para esta população” (Ibid: 98). É através dela que se aumenta a esperança por justiça social, e inversamente, por outro lado, o que abranda a “revolta e indignação com a injustiça” (Ibid).

Ao perguntarmos como era a casa dos seus pais, ouvimos do jovem:

José: Era uma casa simples mesmo, é sem emboço, na beirada do rio. Quando chegava assim, tinha uma época do ano que chovia, entrava água, era simples mesmo. Quanto aos meus pais me tratavam bem, só que na época eu não dava muita atenção por causa das más companhias e quase não ficava em casa, ficava mais pra rua afora. (...) A experiência da rua é muito ruim, porque da primeira vez, foi que eu queria entrar dentro de casa, aí o pai foi e trancou a porta. Não quis deixar eu entrar dentro de casa. Foi a única vez mesmo que eu dormi fora. Porque ele falava, falava que quem tava do lado de fora lá na rua, lá não era gente, era o demônio que tava na rua. Desta forma ele falava comigo. E a segunda vez que eu dormi fora de casa também, foi aqui perto, porque eu vim numa festa e perdi o ônibus, fiquei bêbado demais e perdi o ônibus. E acabei dormindo na rua.

A experiência de dormir na rua, as condições de miserabilidade social, juntamente com as formas rígidas de resolver as dificuldades na relação entre filho e pai, deixaram profundas marcas na vida deste jovem.

O que este jovem revela é a experiência das fragilidades dos vínculos familiares, as dificuldades sócio-econômicas e a vivência de rua.

A dificuldade em ajustar a essas alterações no meio familiar, somada a privação da infância, traz como consequência aos adolescentes um obstáculo de aceitação de si mesmos, influenciando diretamente na auto-estima, gerando condutas conflituosas, permeados de contradições e carecimento nos laços (re) afirmados pelo afeto, a fim de propiciar autoconfiança e segurança ao jovem como indivíduo (Schneider, 2005).

A família, enquanto agência de agregação, tem uma especificidade de vida própria, afetada pelo progresso sócio-econômico e pela política social e econômica do país (Zamberlam, 2001). Por essa razão, fica difícil identificá-la como modelo único e ideal.

A vida simples, a situação de pobreza, é o ponto de confluência da realidade vivida por algumas famílias brasileiras. Notamos, no caso específico de José, que a infância foi marcada pelas dificuldades em relação à moradia e, além disso, pela lembrança da rua e do autoritarismo do pai.

“No entanto, separar ou perder pessoas queridas ou romper temporariamente ou definitivamente os vínculos produz sofrimento” (Neder, 2000, p. 49). Os danos causados por esta fragilidade dos elos da criança com pessoas queridas podem repercutir durante a vida do indivíduo. É de se notar que o envolvimento precoce

do jovem com a bebida alcoólica pode estar ligado à sua frustração nas relações parentais.

Percepção da infância: trajetórias em comum

A vida dos jovens é registrada, desde a infância, por adversidades contínuas, levando-os a circunstâncias desumanas, que vão constituindo o pano de fundo de suas trajetórias.

Além de viverem na infância a experiência da não-cidadania, suas vidas são pautadas por episódios de miséria, violência, conflitos, rompimentos dos elos familiares, falta de opção e de apoio.

Ao analisarmos a história destes jovens, notamos que há situações comuns - são experiências pautadas por violência intra-familiar, pela dura vivência na rua e pelas condições de pobreza.

A situação sócio-econômica miserável, que contextualiza a vida dos entrevistados, é intensa. Isso porque a vulnerabilidade social é resultado de uma sociedade desigual e desumana.

“Esta condição de carência constitui por si e por seus efeitos uma situação de violência que vitimiza crianças, adolescente e suas famílias” (Teixeira, 1994:13).

Esses jovens representam um exemplo nítido das contradições entre o discurso de direitos e a real situação de agravamento das desigualdades sócio-econômicas em curso no Brasil. De acordo com Rizzini (2004), protege-se o direito de que as crianças e os adolescentes têm à convivência familiar e comunitária, mas não lhes garantem condições mínimas de sobrevivência em seus lares. “Pelo contrário, como constatamos nos relatos de suas vidas, eles parecem já nascer sem lugar no mundo” (Ibid, p. 79).

Esses jovens tiveram a infância perdida, pois não lhes foi oferecido um ambiente propício para o seu desenvolvimento sadio, e nem mesmo lhes foram oferecidas oportunidades para viver de forma diferente.

A pessoa atinge sua maturidade emocional quando a família propicia um “caminho de transição entre o cuidado dos pais (ou da mãe) e a vida social. E deve-se ter presente que a vida social é em muitos aspectos uma extensão das funções da família” (Winnicott, 1993, p. 136).

As principais mudanças no modelo tradicional de família podem ser encontradas a partir do séc. XX, quando é possível identificar os “novos” arranjos familiares, que se refletem numa diversidade de vínculos e trajetórias (Rizzini, 2003), “normalmente entremeadas de episódios violentos que aparecem em uma sucessão de perdas e rompimentos de laços afetivos” (Ibid, p. 157).

Os elos afetivos fragilizados, o que foi constatado nas descrições dos jovens, são ocasionados pela ausência dos pais (separação, abandono, negligência) e por desentendimento entre padrasto/madrasta e seus enteados, que são fatores que impulsionam crianças, jovens e adultos para a rua (Rizzini, 2003). “Esta então passaria a ser vista como espaço ‘alternativo’ frente às várias situações de ruptura familiar e comunitária” (Ibid, p. 261).

Para DaMatta (1997), o espaço da rua não pode se misturar com o da casa sem gerar alguma confusão ou conflito. “Não somos efetivamente capazes de projetar a casa na rua de modo sistemático e coerente, a não ser quando recriamos no espaço público o mesmo ambiente caseiro e familiar” (Ibid, p. 20).

A expressão viva, vivida na adolescência

Apresentaremos a tematização da adolescência abordando os tópicos que achamos mais significativos na fala dos três jovens, enfatizando a expressão viva, vivida nesta fase pelos mesmos; a droga, que corrói e destrói vidas e o medo: reflexões e desafios. Descreveremos, ainda, sobre a violência sofrida por eles na adolescência e suas percepções. Em seguida, mencionaremos realidades concretas nas trajetórias em comum.

A provocação feita aos jovens para falarem sobre a sua adolescência e o ambiente familiar trouxe respostas expressivas pela evocação das lembranças mais significativas.

Vejamos o que disse:

João: Ah, com doze anos piorou muito a minha vida... Comecei a roubar, furtar, só no descuido! A pessoa quando chamava ela do lado de fora, ela ia pra rua, mostrava, nós já ia pegava entrava um, roubava tudo e voltava. Com este dinheiro comprava droga, cola e saía. Foi melhorar depois que inteirei os dezoito.

A fala do jovem é muito importante ao retratar que a partir da adolescência sua vida “piorou”.

Observamos que roubar, furtar, para o jovem, tem atualmente um significado negativo, pois o praticava como forma de obter “dinheiro” e adquirir “droga, cola e sair”.

A presença das drogas na adolescência não pode ser vista de forma isolada. São múltiplos os fatores sociais que abrangem o problema, como a miséria, o desemprego, a evasão escolar, a violência intrafamiliar (Schneider, 2005). Pode-se dizer que a droga ocupa um lugar central na vida da rua, levando adolescentes a obterem recursos de forma ilícita para a sua compra.

Na adolescência, João, para adquirir droga e “sair”, praticava furto, que, segundo Winnicott (1994), está associado à conduta “anti-social”. Para este autor a conduta anti-social está associada à privação quando lhe são negadas, ao adolescente, “certas características essenciais da vida familiar”; é também “a busca de objeto e a destruição”, assim como é uma “expressão de esperança”.

O jovem Joaquim faz um balanço de sua adolescência. Assim ouvimos:

Joaquim: Ah, mudou, mudou bastante coisa, passa aperto ainda mas tá continuando, tá indo bem, mudei, cumpri minha pena, já tinha cumprido, cumpri tudo com a justiça. Graças a Deus deu pra levar a vida. (...) Ah! minha rotina era só droga, queria saber de roubar mais dinheiro pra comprar as coisas pra dentro de casa, ficar na rua, ficar no meio de briga, não ficava dentro de casa, só ficava no meio dos amigos, saía, só isso.

Para Joaquim, o período da adolescência, ao lado de vivências de sofrimento, representou também oportunidade de mudanças favoráveis, mencionando nesse sentido o cumprimento da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida determinada pela autoridade judiciária, e a melhora após isso de suas condições sócio-econômicas.

As mudanças significativas se referem ao sofrimento em relação à rotina da vivência na rua, ao consumo de drogas, roubos e brigas. O jovem tinha a necessidade premente de conseguir, mesmo que por meios ilícitos, “dinheiro para comprar as coisas para dentro de casa”.

O furto, o roubo, representa o ideal social do sucesso financeiro ou serve apenas para a sobrevivência. Alguns adolescentes preferem delinquir para

satisfazer “o ideal social de sucesso e riqueza pela apropriação imediata e real” (Calligaris, 2000, p. 44).

O adolescente tem fome e pressa, e encontra a solução imediata dos seus problemas no ato infracional.

“Enquanto nível estrutural, Assis (1999) identifica as circunstâncias sociais da vida dos jovens que vêm a cometer atos infracionais: a desigualdade social e de oportunidades, a falta de expectativas sociais, a desestruturação das instituições públicas e as facilidades oriundas do crime organizado. (...) No entanto, esses fatores contribuem para a ocorrência da delinquência e estão relacionadas à observação da maior ou menor incidência de violência em grupos sociais, que vivem em determinadas circunstâncias sociais” (apud COSTA, 2005, p. 76).

A droga presente na vida do adolescente “talvez seja a transgressão mais preocupante, porque parece minar um pressuposto fundamental do pacto social vigente: a permanência da insatisfação” (Calligaris, 2000, p. 47).

A droga é um fator desencadeador que deve ser entendido no conjunto das demais mudanças sociais e transformações do padrão de comportamento do adolescente, ambos aspectos interligados (Trassi, 2006).

Para José, a adolescência também deixou marcas. Disse ele:

José: Ah, mudou tudo né! porque antes ficava em casa, não saía, os amigos era diferente, aqueles amigos bom. Depois fui tendo...Fui conhecendo as drogas, fui só pegando as amizades ruim. Chegava em casa só tarde da noite. (...) Minha rotina era... Eu ia na escola, mas não aprendia nada, porque só ficava fazendo bagunça. Aí chegava da escola ia junto pro meus amigos pra fumar droga, cheirar.

Percebemos que para José a adolescência foi uma fase de intensas mudanças. O que era saudável passou a ter outra conotação; os bons amigos foram substituídos pelas amizades ruins, a rua ocupou o espaço da casa, a escola passou a ser meio de entretenimento.

Erikson (1976) denomina essa mudança de amizades de “identidade negativa”, pois o adolescente procura se identificar nesta fase com figuras negativas, concretas.

Segundo Aberastury e Knobel (1981: 32), o adolescente prefere ser “alguém perverso, indesejável, a não ser nada”. Para este autor, isso explica a formação de grupos de delinquentes, de homossexuais e dos adeptos às drogas.

“O jovem tem uma certa tendência a se identificar com um grupo, a se estereotipar” (Becker, 1994:77). Ele busca no outro uma uniformidade de comportamento, de pensamento, de hábitos, que seja diferente dos que seus pais representam (Ibid).

“A realidade nos revela que o estabelecimento de ensino destinado à formação intelectual e à transmissão dos valores morais, de senso crítico, de exercício da cidadania vem servindo de palco para o tráfico e o consumo de drogas e violência” (Schneider, 2005: 95). A concretude deste fato está no relato do jovem, que vivenciou na íntegra esta realidade institucional.

Para Schneider (2005), a escola deveria ser mais responsável pela prevenção dos “problemas de condutas de risco” e comprometida com os assuntos pertinentes a adolescência.

Droga, que corrói e destrói vidas

Sobre a indagação de qual o tipo de droga já usada, as respostas foram objetivas.

João: Hum, já cola, tinner, maconha, cocaína, cachaça também. Ficava todo mundo pequeno, nossa senhora, ficava todo mundo doído.

Joaquim: Já usei craque, maconha, cocaína, cola, essas colas, drogas que existem na cidade, que existe por aqui, já usei quase tudo.

José: Álcool, o tinner, já também bebi também chá de cogumelo, mas não deu muito efeito, e a maconha e a cocaína.

Os entrevistados especificaram as substâncias químicas utilizadas por eles na adolescência. São drogas que causam danos à saúde, algumas menos, outras mais, porém, todas provocam reações e alterações no organismo.

“A adolescência é uma fase de novas sensações e experiências antes completamente desconhecidas. E é geralmente nessa fase que se tem o primeiro contato com uma terrível ameaça: a droga” (Becker, 1994: 44). O seu consumo destrói lares e profissões, causa danos físicos e mentais (Ibid).

Observamos, nas entrevistas, o abuso de drogas e, em consequência, as funções sociais que ela assume na vida desses jovens, podendo ser uma forma de

“superar a angústia existencial, entrar em contato com forças sobrenaturais, obter prazer. Esses três objetivos são atingidos de maneira integrada ou, pelo contrário, de maneira marginalizante” (Bucher, 1991 apud Carvalho e Paixão, 2004, p. 58).

A relação do adolescente com a droga está na busca de emoções e de risco, necessidade premente de ser testado, de experimentar o que é proibido, o que é perigoso, causando no adolescente a sensação de onipotência (Schneider, 2005).

A droga é um elemento que pode deixar de ser reconhecida como risco, passando a ter com o usuário uma forte ligação afetiva, “posto que as substâncias entorpecentes proporcionam efeitos físicos e psíquicos ainda que por breve tempo. Isso se dá em substituição a um vazio provocado por outro componente nas relações verdadeiramente afetivas do jovem” (Schneider, 2005, p. 94-95).

O uso da droga está associada a alguns fatores que contribuem para o seu consumo, seja pela influência do grupo, a ansiedade, depressão, a disfunção familiar, ou pelo simples fato de vivenciar o proibido e de assumir riscos (Schneider, 2005), ou apenas significar uma possibilidade de continuar em busca de sobrevivência.

A dimensão do medo: reflexos e desafios!

No decorrer do diálogo, a indagação de que se em algum momento já sentiu medo pareceu fundamental, por considerar as circunstâncias vividas pelos jovens. Os receios e ansiedades logo foram expressos.

João: Não. Nem um pouco, não tava agüentando mais. Primeiro, tinha juizado, hoje em dia o juizado vê batendo na cara do outro moleque menor e não dá nada. Igual eu vi outro dia os homens pegou nós lá em cima, tava eu, C, J, o G e o L. G e L querendo dear com o C e com o J. Pegaram nós lá na esquina lá. Na delegacia o doutor (Delegado de Polícia) deu um tapa dentro da cara do G, fez nada o juizado que tava junto. Tô doído hem!

Joaquim: Senti, senti medo de morrer, medo de tomar um tiro, senti medo de parar na cadeia de novo, senti medo de tantas coisas. Senti medo de ver meus amigos tudo morrendo. A gente vai sentindo medo, a gente vai ficando meio atrás, vai parando, tava quase chegando os dezoitos anos, tinha medo de ir pra cadeia, ficar ali por muito tempo, ficar muito tempo lá. Agradeço a Deus por ter tirado antes disso, dar oportunidades às pessoas.

José: A única vez que senti medo mesmo foi quando aconteceu o homicídio lá do meu tio. Aí eu fiquei com medo mesmo. Medo de policial me pegar, me matar eu quando tava fora, porque a gente tava armado né! mas tava armado andando com a arma na mão de medo né, aí o medo nosso era esse: de a arma na mão e achar que a gente ía trocar tiro com eles. Aí eles ía acabar atirando na gente.

João disse que não teve medo, mas manifestou seu descontentamento com as autoridades que têm como atribuição trabalhar na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Ao contrário disso, para ele, violam a lei e violentam crianças e adolescentes.

Joaquim, embora tenha praticado atos ilícitos, sentia medo, temia ser penalizado por suas ações. O medo maior era da morte, e de retornar para a Cadeia Pública³.

O medo de José era de morrer da mesma forma como morreu o seu tio, quando praticou o homicídio. Temia represália policial.

O medo vivido na concretude de suas vidas está muito presente em suas descrições. Notamos na fala dos jovens que a ação policial lhes causava medo, revolta. A polícia, ao invés de trabalhar como agente de segurança e vigilância, utiliza de seu poder, segundo a vivência dos jovens, para infringir a lei e executar a violência.

O atendimento aos adolescentes pobres e infratores ainda se restringe ao recolhimento, à repressão, às ações policiais. Estes jovens aí estão e revelam, de forma intensa, a face mais cruel da violência, cuja reação é o medo e, também, a sua conduta violenta (Aberastury e Knobel, 1981).

“A violência policial, apoiada na força das armas ou na corrupção, não discrimina, homogeneiza a população no medo, fortalece os laços de solidariedade frente ao adversário comum – a polícia” (Trassi, 2006, p. 223). De acordo com Trassi, a violência policial não dá alternativa ao jovem a não ser a de arriscar a vida de outro modo, na criminalidade.

Hughes (1971) “denominou ‘trabalho sujo’ toda atividade profissional que esteja associada à poluição física, moral ou simbólica ou à execução de uma tarefa

³ A medida de internação é cumprida em celas na Cadeia Pública de Muriaé, onde permanecem aproximadamente dez adolescentes, num espaço físico inadequado, sem ventilação e sem condições mínimas de higiene e salubridade, distante das garantias previstas nos artigos 121 e 124 do ECA.

de maneira não-satisfatória (...)” (apud, Salles Filho, 2004, p. 110). Para Hughes (1964), é considerado ‘trabalho sujo social’ toda a atividade que envolve força ou violência praticada contra indivíduos ou grupos humanos, por discriminação política, religiosa e étnica (apud, Salles Filho, 2004).

A vivência do medo se contrapõe a de liberdade. Crianças e adolescentes que vivem a experiência da rua levam uma vida estressante, em que o medo, principalmente da ‘maldade’ de terceiros, é um sentimento que está sempre presente (Rizzini, 2003).

Segundo DaMatta (1997), os sujeitos no espaço da rua passam sempre por “anônimos e desgarrados”; na maioria das vezes sofrem maus-tratos pelas ‘autoridades’, e nem sempre têm “paz, nem voz; são enfim, “subcidadãos”.

Não é difícil imaginar o que acontece na rua. Crianças e adolescentes são alvos de violência. E quando reagem à violência, são vistos como seres embrutecidos, transgressores, selvagens que precisam ser contidos. Reações assim geram nestes sujeitos sentimentos de medo e também de ressentimento e vingança contra detentores do poder.

Pela descrição dos jovens, vimos que o Estado, com seus serviços públicos, especificamente de segurança pública, não funciona a contento, e é para Baierl e Almendra (2002) uma instituição falida e desacreditada.

As respostas ao medo podem ser diversas em cada sujeito. Geralmente o indivíduo que tem medo e sofre violência, sozinho não consegue superá-los (Baierl e Almendra, 2002). A violência motiva o medo, além disso, gera sentimento de insegurança, vingança e ódio.

“Amor e ódio constituem os dois principais elementos a partir dos quais se constroem as relações humanas. Mas amor e ódio envolvem agressividade. Por outro lado, a agressão pode ser um sintoma de medo” (Winnicott, 1994, p. 89).

“Neste sentido, o ódio e a violência que às vezes – mas não sempre – o acompanham, pertencem às emoções ‘naturais’ do *humano*, e extirpá-las não seria mais do que desumanizar ou castrar o homem. É inegável que tais atos, nos quais os homens tomam a lei em suas próprias mãos para o bem da justiça, estejam em conflito com as constituições das comunidades civilizadas; mas seu caráter antipolítico, tão manifesto na grande história de Melville, não significa que eles sejam inumanos ou ‘meramente’ emocionais” (ARENDDT, 2001, p. 48).

O medo da violência, muita das vezes, incita no indivíduo reações de estagnação ou de agressão. O sentimento de medo “faz com que a pessoa que está amedrontada fique violenta e reaja de forma “agressiva” (Baierl e Almendra, 2002:62).

“Hoje, metade dos jovens temem por suas vidas. Eles têm medo ‘de bala perdida’, ‘da polícia’, ‘do aumento da violência’, ‘do tráfico de drogas dominar tudo’, ‘de ser preso sem motivos’, ‘de ser violentado’, ‘de tiro’, ‘de ser espancado e enterrado vivo’, ‘de violência e injustiça’” (Novais, 2003:139).

O medo é uma expressão própria de todos os indivíduos, é “uma ansiedade de um fato esperado e desagradável” (Baierl e Almendra: 2002:60).

Percepções da violência

Os jovens descrevem o que representa a violência para eles:

João: Violência tem muito tipo, boba. Tem muito tipo de violência.

Joaquim: Eu acho que violência é que eu tô aprendendo na vida, violência só faz a violência. Pessoa que puder ficar na paz, na harmonia, essas pessoas só tem a ganhar, não perde nada, violência só traz, o nome já diz, violência.

José: Ah, no meu entender é fazer mal pra pessoas, caba fazendo mal pra gente mesmo. A família da gente acaba sofrendo muito mais que a gente.

Cada um com sua especificidade soube expressar seus sentimentos em relação a esta categoria que tem vários significados e manifestações diversificadas, como infere João. A reprodução da violência foi falada por Joaquim que tão sabiamente ressaltou que “violência só traz, o nome já diz, violência”. Para José, a violência causa danos a terceiros e a inclusive a nós mesmos.

A violência é tida como uma característica própria à espécie humana, um tema com várias possibilidades de abordagens. “Falar de violência requer um ponto de vista. Não exige que este seja abrangente, translúcido ou o mais verdadeiro. Apenas que revele miopias, pequenos erros, infortúnios, zonas

cinzentas da sua genealogia, de sua busca desesperada por uma pacificação ainda que artificial” (Passetti, 2002, p. 7).

A violência acompanha o homem em toda a sua evolução histórica. A relação com o outro constitui a natureza humana, assim como faz parte da vida em sociedade (Fraga, 2002).

Pavez e Oliveira (2002), a partir do pensamento de Chauí (1985), enfatizam a violência como entrelaçada a forças no campo das relações humanas com o outro e com as classes sociais; concluem que a violência é a ‘conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão (...)’ (Ibid, p. 85). Ainda sob a luz de Chauí, descrevem, também, como violência, as práticas que “coisificam o ser humano”, coibindo-lhe a “condição de sujeito” (Pavez e Oliveira, 2002).

A violência em muita das vezes tem uma relação direta com a estrutura socioeconômica e política brasileira, isto é, com a desigualdade social que paira sobre a vida de tantas crianças e adolescentes. “No Brasil não é apenas a pobreza absoluta, mas a exacerbação das desigualdades sociais que vêm gerando terreno propício para a disseminação da violência, numa sociedade onde poucos conseguem satisfazer todas ou quase todas as suas necessidades (...)” (Pavez e Oliveira, 2002, p. 82).

Segundo Trassi (2006), a violência propaga-se em meio ao descaso e insucesso dos mecanismos sociais de disciplinamento da vida em sociedade, pois “a violência é produção humana por mais surpreendente, terrorífica, inominável e cruel que seja sua expressão. Ancora-se no interior dos indivíduos, na agressividade – em um de seus referentes, a destrutividade – que constitui a todos” (Ibid, p. 207).

Para Arendt (2001), a violência é um elemento pré-político ou anterior ao surgimento da polis, específico daqueles que não correspondem à esfera pública. Esta autora relaciona violência com a deterioração da política e com a ausência de ação e diálogo, expressões efetivas do poder.

“Na vida privada como na vida pública há situações em que apenas a própria prontidão de um ato violento pode ser um remédio apropriado. (...) O ponto é que, em certas circunstâncias, a violência – o agir sem argumentar, sem o discurso ou sem contar com as conseqüências é o único modo de reequilibrar as balanças da justiça” (ARENDR, 2001, p. 48).

A violência é conceituada como instrumento, sem o argumentar, como forma absoluta do silêncio. Assim, podemos compreendê-la como uma das expressões daqueles que não têm acesso à palavra, ao discurso. Quando a palavra está ausente, a violência impera e a condição humana sofre (Arendt, 2001).

Conforme Roberto DaMatta (1982), a violência faz parte da própria história, da condição humana e da vida em sociedade. Para ele a violência se tornou comum no cotidiano, vista de forma banalizada.

A violência brasileira seria uma forma permanente de relacionar e de viver num sistema compreendido como fragmentado, segmentado e dotado de éticas múltiplas (DaMatta, 1982). “Neste sentido ela serviria tanto para hierarquizar os iguais quanto para igualar os diferentes. Seria também um mecanismo fundamental para juntar a lei com a amizade pessoal, a casa com a rua e este mundo com o outro” (Ibid, p. 42).

Veronese (1999) ressalta que a banalização da violência é consequência da ausência de indignação, é o descaso e a indiferença, pois vemos a todo instante as agressões aos direitos humanos, à cidadania, e o que se faz ainda está longe do cumprimento desses direitos.

Violência que assusta e aterroriza vidas

Quando a pergunta é direta - qual foi a violência que você sofreu? - as respostas dão nomes aos agentes da mesma.

João: Ah, foi ficar na mão dos homens mesmo, meu pai nunca me bateu como eles já me bateram. Sofri muita violência. Que nem um policial falou, se pegar nós é..., pega um revólver e vai meter um assalto, tenta me roubar eu. Idéia deles (polícia militar)... Falavam assim com a gente, cansou de falar... Nós cheirávamos também tinner, aí eles falavam pará de cheirar isso, vai pra um canto, vai fumar maconha. (...) E não era só eu de testemunha não, as menozadas tudo que anda com nós até hoje, a polícia falou com nós foi no escadão ali. Eu tava subindo o escadão do bairro ali. (...) Cheirava pra esquecer dos homens, se não toda hora eles olhavam pro nosso lado, queria bater em nós uê! não podia ver nós na rua.

Joaquim: Violência que eu sofri foi quando eu tava preso, que judiavam muito de mim, entendeu! Coisas que eu não fiz, os policiais falava que eu fiz. Eu assumia tudo que eu fiz na minha

vida, todo problema que eu fiz eu assumia. As coisas que eu não fiz tive que assumir, porque eu apanhei.

É importante salientar as falas de João e Joaquim em relação à autoridade policial, a qual se apresenta como figura negativa e repressora. Em vez de conter a violência e a criminalidade, a polícia a intensifica.

É desumana a experiência desses jovens frente a perversidade da polícia, chegando ao ponto de consumir droga para “esquecer dos homens”.

De acordo com Rizzini (2003, p. 202), “a droga assume função bem definida, seja de socialização, amortização do medo e da tensão ou disfarce contra a fome”. Para ela, a droga é um “anestésico contra o sofrimento”, se constitui, também, como “forma ativa na constituição da identidade e relações na rua” (ibid).

Assim como João, Joaquim também teve experiências negativas com a polícia. Afirma ter sofrido violência física enquanto esteve apreendido na Cadeia Pública.

A violência vivida pelos jovens enfatiza suas experiências de forma bastante expressiva, o que permitiu compreender quão sofridas são suas vidas.

“Garantir uma intervenção adequada da polícia ou de quem flagrar menino (a) no cometimento de um ato infracional não significa querer justificar sua atitude; significa garantir-lhe um tratamento digno de ser humano que se encontra em uma situação-limite que corrobora a sua degradação” (Volpi, 2003: 341).

Trassi (2006) menciona a tortura como face cruel da violência que ocorre em meio ao silêncio, em que não se ouve o grito da vítima. Geralmente a tortura revela a relação de poder que governa as relações humanas.

“Para conter esse crescimento da criminalidade violenta tem se recorrido a um controle igualmente violento da ordem pública, cujos resultados se espelham no emprego não raro desproporcional das forças policiais repressivas” (Adorno, 1995, p. 318).

Por influência da sociedade, o Estado, através de políticas públicas de segurança, direciona a ação policial para reprimir a violência, mesmo que para isso seja necessário constranger vidas de sujeitos “suspeitos do cometimento de crimes” (Adorno, 1995).

Alguns segmentos da sociedade brasileira aprovam o tratamento desumano e as péssimas condições de reclusão dos presos, como uma recompensa justa pelos crimes praticados (Torres, 2001). “Isto também legitima as ações violentas, maus-tratos, humilhações e espancamentos cometidos por policiais no interior dos presídios e a conseqüente impunidade” (Ibid, p. 84).

Faz-se necessário lembrar que historicamente o Estado brasileiro tratava a questão social como “caso” de polícia. A violência e a segurança eram tratadas pela repressão policial - civil e militar (Iamamoto, 2000).

A prática policial, denunciada pelos jovens entrevistados, é uma herança do passado, como também do regime autoritário instaurado em 1964, em que se vivia no Brasil “a tortura, o desrespeito às garantias do cidadão e o enquadramento policial das classes populares, sempre julgadas as únicas perigosas” (Pinheiro in DaMatta, 1982, p. 8).

Hoje, infelizmente, a violência vem perigosamente se integrando à rotina diária dos adolescentes brasileiros. O poder público tem se mostrado, no mínimo, incapaz de enfrentar essa catástrofe.

É muito mais fácil acusar o pobre, o adolescente infrator, pela violência, do que assumir que ela vem da polícia, do Estado, que se exime de suas responsabilidades para com a segurança pública. Segundo Trassi (2006:60), “a face mais cruel da violência do Estado é a tortura contra os cidadãos de seu próprio país realizada por outros cidadãos funcionários do Estado”. Para essa autora, os policiais cumprem a função técnica de horror e extermínio, e a pratica, inclusive, em unidades destinadas aos adolescentes infratores.

José: Ah, a violência que eu sofri, acho que muito desprezo do meu pai. Meu pai nunca gostou de mim não, ele sempre falava que eu era filho de um outro homem. Às vezes eu chegava em casa ele nunca... Queria bater em mim. Eu ia e corria, aí teve uma vez que ele queria brigar comigo, aí eu já era mais... Já tinha mais um pouquinho de força, aí fui muntei com ele, briguei com ele também. Passou a mão numa faca, peguei num pedaço de pau. Mas com resto da família, graças a Deus nunca ninguém me desprezou, minha mãe, minhas irmãs, só por parte do meu pai mesmo.

José, em sua descrição, revela que a violência sofrida por ele foi o “desprezo do pai”. Para o jovem a violência está representada na rejeição paterna, o qual lhe agredia com palavras e ações.

“O uso da violência, da repressão e do autoritarismo, e por outro lado, a falta total de limites e a satisfação de todos os desejos e caprichos podem criar sérias dificuldades ao desenvolvimento da personalidade do adolescente” (Becker, 2003:39).

Se tivesse existido uma educação contrabalanceada e tolerante por parte dos pais, e também dos filhos, é mais propício emergir entre eles um “novo” entrosamento, respeitoso e amigo (Becker, 2003).

Segundo Aberastury e Knobel (1981), quando o adolescente vive num mundo interno edificado com as imagens paternas, ele se identifica com elas, e adota as peculiaridades da personalidade de quem agiu agressivamente com ele.

Nesta fase da adolescência, os pais são vistos com uma visão crítica, e neste aspecto pode incorporar um processo de agressão e de desvalorização dos seus pais (Becker, 2003). “Os pais na infância eram perfeitos, idealizados. De repente o jovem entra em contato com seus erros, suas fraquezas, seus problemas, e tem grandes dificuldades em aceitá-los” (Ibid, p. 38).

O jovem se espelha nos pais, materializa neles a sua imagem. A identificação que foi construída na infância com a incorporação das imagens parentais boas e más são os que possibilitarão uma melhor preparação das situações mutáveis que se tornam complexas durante a fase da adolescência. (Aberastury e Knobel, 1981).

Adolescência, realidades concretas: trajetórias em comum

Os entrevistados, ao descreverem a adolescência, mencionam as suas experiências que estão, sobretudo, relacionadas ao consumo de droga, às “novas” amizades, e à prática de ato infracional.

É na adolescência que começam a experimentar variadas drogas e a apreciar seus resultados, bem como a assumir um estilo de vida e a sua integração é de acordo com elas (Marlatt, 2003). “Incluem – se aí os significados de transgressão e independência atribuídos a seus usuários” (Ibid, p. 197).

O consumo de droga e o ato de transgredir surgem na adolescência, pelas mais variadas razões e trajetórias. Cada um adota um modo de vida e um meio de ser percebido. É característica desta fase vivenciar o diferente, o desconhecido, experimentar novas emoções e fazer novas amizades.

Os adolescentes recebem diversas adjetivações, do tipo “deprimido”, “rebelde”, “toxicômano”, “agressivo”. Eles têm muito em comum, mas cada um tem um jeito próprio de agir, marcado pelo meio em que vive e pelas suas vivências passadas (Becker, 1994).

Não são oferecidas aos adolescentes pobres e marginalizados condições satisfatórias, tais como, “saúde, educação, igualdade”. E lhes é exigido atitude satisfatória e se cometem erros são punidos severamente.

O adolescente vive uma crise, e, de acordo com Erickson (1976), essa denominação vem sendo utilizada para designar o momento decisivo e fundamental para o seu crescimento. “Assim, aprendemos a atribuir uma ‘crise de identidade’ normativa à idade da adolescência e o começo do período adulto” (Ibid, p. 15).

Adolescência é uma fase de avanços e retrocessos marcados pela instabilidade emocional que acompanha o seu cotidiano. Ela se evidencia como revolucionária e transformadora, e, ao mesmo tempo, prepara o indivíduo para enfrentar as “crises futuras” (Lima, 1997). “Se bem sucedida a passagem, a pessoa estará melhor habilitada para novos confrontos em sua vida. É esse o sentido prospectivo da crise” (Ibid, p. 91).

Esses adolescentes sem a vivência de experiências positivas são empurrados para a exclusão e até para o cometimento de ato infracional.

A dinâmica do Ato Infracional: razões e motivações

Os três jovens entrevistados revelam em suas trajetórias de vida o envolvimento com a prática de ato infracional. Diante disso, achamos importante tomar este tema para compreendermos a dinâmica do ato infracional, suas razões e motivações, considerando a própria fala dos jovens.

Na fala sobre o ato infracional houve a exemplificação de suas razões e motivações, que, segundo os jovens, ocorreu de diversas maneiras.

João: Dependendo de qual foi né! Já roubei já muita coisa né! tenho até vergonha de andar na rua, não saio muito não, só quando os outros me chamam na delegacia ou senão pra cá mesmo, nem ando muito. O quê! eu já roubei a cidade inteira. Hehehe! Não tem um lugar que eu nem saio mais. E eu nem sai.

Joaquim: A briga foi por causa de droga, os roubos por causa das necessidades dentro de casa, vontade de usar drogas, vontade de ver as latas cheias, minha mãe reclamando, meus irmãos chorando querendo comer, isso me incentivou a fazer.

José: Primeiro ano só roubava, essas coisas assim... Roubar mexer nas coisas dos outros, às vezes eu via um dinheiro fácil eu ia e pegava. Depois cometi um homicídio, tava com 15 anos. O meu tio, ele tava me devendo, aí fui cobrar ele, ele foi, voou em mim e falou que não ia me pagar.

João praticou vários atos infracionais e, por conta disso, sente-se constrangido ao andar em vias públicas; a Delegacia e o Fórum são ainda os locais que frequenta quando solicitado. Os cometimentos de atos infracionais descritos por Joaquim estão relacionados à droga e ao desejo de suprir as necessidades básicas da família. De maior proporção foi o ato inferido por José, que aos 15 anos executou um homicídio.

Incorporando a idéia de Vanin (1999), o emprego da terminologia ato infracional, em relação ao adolescente infrator, está sendo utilizado, neste estudo, como uma forma de distinguir a punição deste sujeito em relação ao adulto, “muito embora o ato corresponda a um fato típico descrito em lei penal e considerado crime” (Ibid, p.705).

O adolescente não pode ser visto apenas como autor de ato infracional, porque se nega e desconsidera sua história pessoal, que vai além do delito que o censura e torna difícil sua compreensão. Contudo, é possível compreender a prática de ato infracional se apropriarmos da trajetória de vida de seu autor, dos elementos mais significativos de sua experiência de vida, na rede de suas relações e na convivência familiar que vão construindo sua subjetividade (Teixeira, 2006).

Ao tecer o fio de uma história, é possível perceber o porquê de um tipo específico de infração (roubo qualificado, furto ou homicídio, por exemplo). Os atos praticados por adolescentes são, muitas das vezes, reprodução da sua história, pois, embora sejam vítimas da violência, também a perpetuam (Teixeira, 2006).

Calligares (2002) descreve que os adolescentes transgridem para serem reconhecidos pelos adultos, ou melhor, para serem vistos e amados, e não para violar a lei.

“Os adolescentes estão num estado de liminaridade por sua própria condição de adolescentes – limiar entre a infância e a idade adulta. O conflito com a lei, por outro lado, também é condição liminar. Dessa maneira, estão duplamente em uma situação de desordem social, moral e de identidade. São duplamente impuros e poluídos e, dessa forma, representam simbolicamente um grande risco para a ordem social, ativando todas as defesas dirigidas à função de evitar a sujeira, a desordem, a ‘bagunça’” (SALLES FILHO, 2004, P. 127).

A prática de ato infracional não advém naturalmente “da índole má ou de um desvio moral. A maioria absoluta é reflexo da luta pela sobrevivência, abandono social, das carências e violências a que meninos e meninas pobres estão submetidos” (Volpi, 2003, P. 341). O que temos, de fato, diz este autor, não é uma delinquência produzida pelos pobres, mas um sistema que incrimina as pessoas desprovidas de capital para dar uma resposta à sociedade sobre a infração.

É usual no caso do adolescente infrator ser representado como mau, como inimigo da sociedade ou do Estado. No meio jurídico é considerado o transgressor da lei, e sociologicamente pode ser inconcluído, como um desordenado social, ou pode ser observado como vítima do sistema que manifesta sua revolta no descumprimento da lei (Volpi, 2001).

Ao descumprir a lei, o adolescente é submetido pela autoridade judiciária (Juiz) à execução das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, entre elas, a de Liberdade Assistida.

Liberdade Assistida: expectativas e desafios

O presente tema será descrito a seguir respeitando a fala dos três jovens entrevistados. Primeiramente discorreremos sobre a Liberdade Assistida: expectativas e desafios. Logo após, abordamos o resultado do cumprimento dessa medida, com o subtítulo: Após a Liberdade Assistida: atos inconclusos.

Sobre o período vivido na orientação da Liberdade Assistida foi oportuno deixar que os jovens narrassem suas experiências.

João: Só ficava dentro de casa só. Esperava dá o dia só para mim vim aqui assinar. Conversava com a Assistente Social, ali tinha uns processos ali, né! ela ia passando lá; falando lá... perguntando, mas não alembro direito o que ela perguntava não. Pra falar verdade tem quase cinco anos já.

Joaquim: Eu senti, que dava confiança, era bom, era tipo uma psicóloga, passa pra gente, ouve seus problemas, te ajuda, entendeu? Presença de pessoas, foi muito bom, tenho que agradecer, quando eu vejo ela na rua, agradeço ela até hoje, foi muito bom.

José: Ela conversava muito com a gente, fazia pergunta.

É necessário dar-lhes a oportunidade de manifestar suas inquietudes, aspirações, alternativas e propostas que têm sobre suas vidas. Suas falas podem ajudar a outros adolescentes que virão a vivenciar a Liberdade Assistida.

João não se lembra do acompanhamento realizado, mas destacou que a Assistente Social falava, perguntava. Já Joaquim e José descrevem que a Assistente Social conversava, ouvia, ajudava naquilo que eles traziam para o encontro.

A Liberdade Assistida é um ouvir e conversar intencional, que pretende estabelecer condições de diálogo que leve à reflexão de forma a possibilitar a convivência familiar e comunitária. Além disso, promover o acesso aos direitos sociais e à justiça. É através da efetivação concreta do sistema de direitos que é possível promover a ressocialização do adolescente. Temos como premissa que os adolescentes podem recomeçar. Um novo sentido pode ser dado as suas vidas, é a esperança da natalidade, pois segundo Hannah Arendt (2004), “é na natalidade, pelo nascimento de homens novos e pelo fato de que eles começam de novo a ação, que se enraíza ontologicamente a faculdade de agir, de que eles são capazes por direitos de nascimento” (Arendt, 2004 apud Kristeva, 2002, p. 23).

Além do processo de reflexão, apoio e aconselhamento, o atendimento aos adolescentes autores de ato infracional deve demandar “serviços e programas de políticas públicas sociais; o atendimento dos direitos básicos de educação escolar; de saúde física e mental de acordo com as necessidades de cada um; cursos de preparação para o trabalho; atividades de lazer e culturais, por exemplo” (Vanin, 1999, p. 710), o que no caso do contexto desses jovens é muito precário.

Quanto ao entendimento que tiveram da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida é importante ressaltar:

João: Ah, eu pensava era que nem ela tinha me falado, se me pegasse mais uma vez ia me trancar. Na época o juiz ia me dá

cadeia de tanto roubo que eu e o C fez. Valeu nê, aliviou um muncado.

José: (...)

Joaquim: Não, eu não tenho o conhecimento dela pelo Estatuto da Criança e do Adolescente não. Não tenho conhecimento, nunca fiquei sabendo não.

João não se lembra de como foi realizada a Liberdade Assistida, mas entende que “valeu”, haja vista que ao invés de cumprir a medida sócio-educativa de internação na Cadeia Pública, o Juiz determinou o cumprimento da Liberdade Assistida.

Pelo que mostra, e pelas falas, percebemos que eles não têm conhecimento de como é efetivada a Liberdade Assistida dentro dos moldes do ECA. A visão que possuem está embasada em suas experiências.

A execução da Liberdade Assistida deve operacionalizar os programas e a prática de atendimento ancorada no Estatuto da Criança e do Adolescente.

“A medida de Liberdade Assistida tem as seguintes características: a) somente será aplicada ao adolescente autor de ato infracional; b) a medida será cumprida em meio aberto; c) será administrada e executada pelo Poder Público (preferencialmente, o município) ou por entidades não-governamentais; d) com prazo de seis meses, no mínimo, permitida sua prorrogação, revogação ou substituição; e) com avaliações periódicas do adolescente efetuadas pelo orientador nomeado pela autoridade judiciária ou pelo programa de atendimento; f) é uma medida restritiva de direitos” (LIBERATI, 2006, p. 373).

O encaminhamento que a Assistente Social fazia para garantir o acesso aos direitos sociais e justiça foi interpretado assim:

João: Sei não.

Joaquim: Ah, mais coisa, que ela fazia era querer saber mais das coisas. (...) Não realizava encaminhamentos, não encaminhava não. Ela só conversava mesmo, só conversava, passava que as coisas não eram assim. Só conversava mesmo.

José: Encaminhamento que a Assistente Social fazia, ela lia os códigos da lei que a gente perguntava pra ela, ela mesmo explicava pra gente.

Pela descrição dos jovens, percebemos que “a conversa” estabelecida entre eles e a Assistente Social era o cerne da Liberdade Assistida. Se essa “conversa” tiver o tom do diálogo, nela são oferecidas as condições de apoio, reflexão e as informações referentes a direitos e a lei.

No entanto, referente ao encaminhamento para programas oficiais, temos a ressaltar que não existem, até então, projetos municipais que atendam adolescentes autores de ato infracional na Comarca de Muriaé; além disso, quando solicitada a inclusão de um adolescente em projetos sociais, não existe vaga.

O programa de Liberdade Assistida deve ser sistematizado em nível municipal, prioritariamente localizado nas comunidades de origem do adolescente, devendo ser gerenciado e organizado pelo órgão executor municipal em parceria com o judiciário que supervisiona e acompanha as ações do programa.

Embora o ECA apresente significativas mudanças e conquistas em relação ao conteúdo, ao método e à gestão, essas ainda estão no plano jurídico e político-conceitual, não chegando efetivamente aos seus destinatários.

O município pode estruturar a Liberdade Assistida através dos programas já existentes na comunidade como o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS ou implantar o Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo - SINASE⁴ que objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação sócio-educativa sustentada nos princípios dos direitos humanos.

A operacionalização da Liberdade Assistida de acordo com o ECA deve “envolver taxativamente a família e a comunidade e os encargos do orientador expressos na lei são essencialmente exemplificativos, no sentido real de proteção e promoção social do adolescente e de sua família” (Fernandes, 1998: 191).

Prosseguindo a fala sobre a operacionalização da Liberdade Assistida, sugeriram mudanças:

Joaquim: Ah, eu acho que o tratamento foi muito bom, mas eu acho o seguinte: podia ser melhor, porque era muita coisa, eu precisava. Por exemplo, precisava de uma continuação entendeu? porque era assim, quando a gente faz um tratamento, isso não é só pra mim, pra todas pessoas, a gente precisa de uma

⁴ Para saber mais como funciona o SINASE acessar o site: www.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/sinase/Sinase.pdf. Acesso em 14/05/2007.

continuidade, as pessoas esquecem. A gente é julgado pela sociedade, a gente esquece as pessoas, aí aquilo vai voltando, o problema vem direto, ainda mais aquela pessoa que já fez tudo, já sabe tudo da vida. Então os problemas vêm.

José: Não. Eu acho que... Pelo menos pra mim foi muito bom, e acho que não precisa mudar nada. A única coisa que eu acho que devia mudar é assinar assim com mais tempo, assim de 15 em 15 dias é muito apertado pra gente, igual eu to trabalhando né. Vamos supor, agora até a juíza falou pra mim que ia aplicar a medida sócio-educativa de novo, aí de quinze em quinze dias eu acho apertado, agora eu trabalhando, às vezes tenho outro compromisso de ir ao dentista, aí acaba ficando 2 ou 3 dias da semana sem trabalhar.

Interessante a fala de Joaquim. Para ele o acompanhamento da Assistente Social deveria ser contínuo, mesmo que extinto o prazo determinado pela autoridade judicial, haja vista que ele teme as recaídas. Os problemas não acabam e o estigma da sociedade continua. “Permitir qualquer comportamento, não orientar, é mostrar desinteresse e ser negligente - educar é um processo contínuo e, por vezes, difícil” (Zamora, 2005, p. 95).

Os jovens quando liberados do cumprimento da medida sócio-educativa precisam de orientação, pois eles “saem do sistema sem qualquer apoio eficiente para (re) construir suas vidas, e voltam a enfrentar exatamente os mesmos problemas que os levaram para lá; não seria óbvio dizer que os egressos devem contar com programas que os auxiliem nessa transição” (Assis, 1999 apud, Zamora, 2005, p. 108).

O acompanhamento contínuo, preventivo, e a efetivação de atividades pedagógicas são obrigatórios na operacionalização das medidas sócio-educativas, pois o que se almeja sempre é o resgate da pessoa humana, inimputável penalmente (Veronese, 1999).

Uma das várias dificuldades na efetivação da lei é elaborar uma proposta pedagógica para o adolescente infrator e transmitir uma orientação que propicie trabalhar a comunidade para recebê-lo e aceitá-lo sem preconceitos, sem estigmatizá-lo, oferecendo-lhe uma oportunidade de ser reintegrado socialmente a família (Pereira, 1999). “Enfim, o resgate da convivência familiar e comunitária bem como o acesso à educação e à profissionalização devem estar sempre presentes em qualquer proposta pedagógica para o adolescente em conflito com a lei” (Ibid, p. 61-62).

Para José, a Liberdade Assistida da forma como é operacionalizada não precisa sofrer alterações, mas, ao mesmo tempo, infere que deveria ser alterada a presença quinzenal, pois interfere no trabalho (quando existe) e em outros compromissos assumidos.

A descrição pelos jovens da operacionalização da Liberdade Assistida revela quão importante é o acompanhamento de um profissional que ofereça oportunidade de serem vistos e ouvidos, mas, como foi dito anteriormente, a Liberdade Assistida requer mais do que isso para se efetivar concretamente.

O judiciário não possui instrumentos suficientes para a execução e acompanhamento da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida. Além do seu caráter corretivo, ela deve ter, antes de tudo, proposta pedagógica, exigindo espaço físico, participação familiar, comunitária, e preparo técnico dos aplicadores, numa transformação definitiva na cultura do atendimento. “O poder judiciário não costuma dispor de meios materiais e técnicos para fazer frente às novas demandas” (Faria, 2001 apud Fávero et al., 2005, p. 75).

É de suma importância o papel do judiciário, pois se faz necessário assegurar a realização e o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da implementação de projetos e programas, como a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços à Comunidade. O judiciário, como garantidor dos direitos da Criança e do Adolescente previstos no Estatuto, pode determinar o seu cumprimento por parte do Poder Executivo (Brancher, 1999).

Vale ressaltar que o judiciário precisa se adequar à nova legislação da infância e adolescência, pois, ao invés de executar, ele tem a função de guardião da cidadania, exigindo o cumprimento de direitos constitucionalmente assegurados pelo Estatuto (Brancher, 1999).

Percebemos algumas condutas praticadas pelo Estado e pela sociedade que violam o exercício dos direitos da criança e do adolescente. A omissão tem o mesmo valor das ações violentas contra esses sujeitos. No entanto, se analisarmos minuciosamente a realidade que vivemos, chegaremos à conclusão de que o problema da infância brasileira é mais fruto do “descaso” do “descompromisso”, de indiferença para com a mesma (Veronese, 1999).

Após a Liberdade Assistida: atos inconclusos

Após o término da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, dois dos três jovens entrevistados voltaram a praticar ato infracional.

João: Ah. Aham. Só lá na Fundação ⁵. Ah, roubamos um montão de trem lá.

Joaquim: Não, tenho ato mais nenhum não, graças a Deus, tenho ato nenhum, tem problema mais nenhum na justiça, não devo mais a justiça, pratiquei mais nenhum ato infracional não.

José: Eu só pratiquei um ato infracional, eles me pegaram com droga, com uma buchinha de maconha quando eu fiz 17 anos.

Só Joaquim caminhou noutra direção; João e José reincidiram. Vimos que o cumprimento da Liberdade Assistida pouco contribuiu para reverter a situação de marginalidade vivida pelos adolescentes.

Esses achados confirmam as ambigüidades e contradições de todo o processo vivido pelos adolescentes na realização da Liberdade Assistida, pois, ao contrário da ressocialização, o resultado foi a reiterada participação em ato infracional.

O tratamento em meio aberto é ainda uma possibilidade dentro do sistema de atendimento ao adolescente infrator. A porta para a reincidência seria a falência do programa de operacionalização da medida de Liberdade Assistida, o aprofundamento do processo de marginalização e, por fim, restaria a aplicação da medida extrema de internação (Mousnier, 1991 apud Fernandes, 1998).

Para evitar a reincidência, a Liberdade Assistida deve oferecer projeto pedagógico e educativo capaz de desenvolver no adolescente a habilidade de reflexão sobre sua vivência; além disso, deve capacitá-lo para construir um projeto de vida que rompa com a prática de ato infracional.

⁵ A Fundação mencionada pelo jovem é denominada Fundação Cristiano Varella – Hospital do Câncer de Muriaé.